

DITADURAS MILITARES DA AMÉRICA LATINA NO BANCO DOS RÉUS

Elielton Gomes

3º período de Relações Internacionais.

A Argentina retratando os fatos que continuam marcando as vítimas da ditadura

Há aproximadamente 30 anos, todas as quintas-feiras, centenas de mulheres se reúnem na Praça de Maio, em Buenos Aires, capital da Argentina. São mães, mulheres, tias ou irmãs que cobram do governo o paradeiro de seus parentes, durante a ditadura militar, protestam contra a impunidade, diante do palácio presidencial.

Esse movimento, batizado de Mães da Praça de Maio, começou em meados de 1977, um ano depois de instituída a ditadura militar na Argentina. Dados, revelam que o seu início contou com a participação de apenas dez mães procurando seus filhos. Anos mais tarde, o número de desaparecidos chegaria a mais ou menos 30 mil pessoas.

A ditadura militar na Argentina foi uma das várias instaladas na América Latina, tendo ocorrido entre os anos 1960 e 1980. Nesse período, o mundo viveu em plena Guerra Fria, confronto ideológico, político, econômico e militar travado entre os dois blocos internacionais de países: o capitalista liderado pelos Estados Unidos e com o apoio da Europa Ocidental, o comunista, encabeçado pela União Soviética.

No ano de 1960, as pressões sofridas na América Latina aumentaram, após a revolução em Cuba, em 1959, que adotou um regime comunista e rompeu com os Estados Unidos em 1961.

Em outros países, o desenvolvimento político e vitórias eleitorais de partidos trabalhistas e socialistas, tiveram um grande crescimento com as propostas de esquerda, como reforma agrária e a estatização de empresas multinacionais, entre outras mudanças.

Em consequência disso, ocorreram inúmeros golpes militares que tinham como intuito, favorecer a instauração das ditaduras com o apoio direto ou indireto do governo dos Estados Unidos.

A Argentina e os seus dados históricos que remetem ao duro regime de opressão

Em 1974, Isabelita Perón, a ex-vice-presidente e esposa do ex-presidente Juan Domingo Perón, que logo após sua morte, viria assumir a liderança do país. Seu esposo, que durante muito tempo fazia parte do Partido Justicialista (PJ), tendo sido o principal presidente da história da Argentina e com vários mandatos desde a década de 1940, deixava em seu legado para a nova presidenta, a continuação do modelo político.

Em circunstâncias não muito favoráveis, Isabelita Perón, enfrentaria um período bastante conturbado. A nova presidenta presenciou inúmeros conflitos entre o partido do governo (PJ) e as facções rivais contrárias ao plano de governo, aumentando ainda mais a crise no plano político daquela época.

Tendo em vista tentar resolver a rivalidade entre o Partido (PJ) e os líderes contrários aos ideais do governo, a presidenta chegou a adotar uma postura mais favorável aos setores conservadores, aliados pelas Forças Armadas.

Mesmo assim, o general Jorge Rafael Videla, grande ditador, que governou a Argentina e que em 1976, desestruturou todo o Congresso Nacional implantando o duro regime, dando início a famosa Guerra Suja.

Essa guerra consistia em perseguir, de forma sistemática, todos os opositores que lutavam por melhores condições no país, com prisões, torturas e assassinatos, todos com requintes de crueldade.

Em 1982, depois de uma grave crise econômica e as sucessivas derrotas militares, na Guerra das Malvinas do Atlântico Sul, fez com que a coroa britânica continuasse a deter a posse sobre essas terras, enfraquecendo ainda mais o Regime Militar.

A partir daí, o presidente, o general Reynaldo Bignone, decidiu por fazer acordos de transição para a volta dos civis ao poder. Naquele mesmo ano, o novo presidente eleito, Raúl Alfonsín, assume a Presidência em 1983 e decreta a prisão das juntas militares.

Alguns anos depois, após inúmeros protestos de militares contra o julgamento dos oficiais da ditadura, Alfonsín envia ao Congresso Nacional leis que anistiam oficiais subalternos e limitam as possibilidades de abertura dos processos.

Porém, em 2005, os processos são revogados por serem consideradas inconstitucionais.

O Brasil e os seus Atos Institucionais (AI), como forma de adequar o país às inúmeras crises do governo

Analisando os princípios que remetem à origem da ditadura militar no Brasil, atribui-se a esses conflitos, o foco na crise institucional vivida pelo país no início de 1960. Após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, seu vice, João Goulart (Jango), assume a Presidência.

Jango lança, em 1963, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico, em seguida, as reformas de base (agrária, bancária, eleitoral e fiscal), que dificultaram bastante a crise institucional. Os principais setores mais conservadores, saem às ruas para protestar contra a crise econômica e política do presidente, que era totalmente a favor da plena esquerda.

Com o intuito de afrontar a ameaça comunista, as Forças Armadas, em 1964, retiram o presidente do poder e assumem o governo. Dá-se início, há um logo período de repressão, com fechamento de entidades civis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), cassações políticas e prisões.

Em 1975, idealizado pelo governo chileno, Augusto Pinochet, os governos ditatoriais da América Latina, o próprio Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia estabeleceram uma aliança. Essa a aliança, fora batizada de Operação Condor, na qual

consistia em perseguir os seus opositores, sem limites de fronteiras, que eram contrários às ditaduras.

Tal organização, fora separada e dividida em três fases: fase número um, consistia na troca de informações entre os países sobre pessoas que eram consideradas subversivas. A fase número dois, marcada por ações contra essas mesmas pessoas dentro dos países membros. A fase número três, ampliava as ações para os demais países, como o assassinato do ex-embaixador chileno Orlando Letelier, em 1976, em um atentado a bomba, em Washington, capital dos Estados Unidos.

Ao longo de todo esse período ditatorial, o Brasil passou por seis presidentes, que governaram e instituíram inúmeros Atos Institucionais (AI). Nesses tais atos, cada governante exercia o poder, que lhe dava o direito pleno de dizer quais ações tomar e medidas que fossem diretamente ligadas aos interesses da classe, como por exemplo, diretos como expedir o fechamento ou até mesmo suspender os direitos civis.

Ou seja, uma forma de continuarem a se perpetuarem no poder criando um ciclo vicioso para os próximos que viriam a manter o mesmo regime. O ato institucional, que mais se destacou entre todos, fora o AI- 5 criado em 1968.

Conseqüentemente, em 1983, depois de longos anos de repressão, várias manifestações vieram a gerar uma onda de protestos, exigindo a volta das eleições diretas para presidente. Contudo, mesmo com os vários protestos, o Congresso não aprovou as diretas já.

Em 1985, um Colégio Eleitoral, anuncia o seu novo Presidente eleito, Tancredo Neves para assumir a Presidência do Brasil, que nas vésperas de sua posse adoece, vindo a falecer em abril desse mesmo ano. Em seu lugar, assume o vice, José Sarney, posse que marca o fim do regime militar que durante os seus longos 21 anos de crueldade, foi marcado por grande repressão aos brasileiros que lutavam pelos direitos da nação.

Chile e a violência da ditadura que deixou um rastro de assassinatos, desaparecidos e exilados

No ano de 1970, assume o poder como presidente do Chile, socialista Salvador Allende, da Unidade Popular (aliança de socialistas, comunistas e cristãos da esquerda). Tendo como prioridade no seu governo a nacionalização de mineradoras norte-americanas, tornando-se alvo de uma campanha de desestabilização promovida pelos Estados Unidos. Três anos mais tarde, Allende é deposto por um golpe militar e se suicida no palácio presidencial de La Moneda.

O general, Augusto Pinochet assume o poder, liderando uma Junta Militar, aproveitando-se da desestabilização dos partidos políticos, dando início a inúmeras repressões, contra a liberdade de imprensa, seguidas de assassinatos a quem se opusesse ao governo. Em 1988, Pinochet é derrotado em plebiscito, sobre a sua permanência no poder por mais oito anos, dando início ao novo e atual período democrático. No ano seguinte, elege-se o novo presidente, o democrático cristão, Patricio Aylwin.

Acredita-se, que o regime severo no Chile, tenha deixado aproximadamente cerca de três mil mortos e milhares de desaparecidos e exilados.

Uruguai e as forças armadas derrotadas em plebiscito

Depois de eleito em 1971, o novo presidente do Uruguai, o conservador Juan Maria Bordaberry, assume o papel, de derrotar o grupo guerrilheiro, terrorista de esquerda ofensiva, denominado de Tupamaro.

Em 1973, tendo como apoio os militares Bordaberry, fecha o Congresso, manda suspender a Constituição, instaurando-se a ditadura. No fim da década de 1970, os EUA chegam a cancelar a ajuda militar e econômica ao país, em resposta às violações dos direitos humanos.

Em 1980, as Forças Armadas são derrotadas em plebiscito para referendar a nova constituição, o que vem a acelerar, o início da abertura democrática. Mas, a partir de 1984, com a candidatura à presidente de Julio Sanguinetti que a redemocratização obteve maior resposta da população. Estima-se que, foram

torturados centenas de opositores e mais de quatro mil mortos, que lutavam contra o regime do Uruguai.

Medidas estão sendo tomadas, de acordo com a visão dos quatro países envolvidos

Agindo com total regime de opressão aos direitos civis, com perseguições, torturas e mortes, limitando o direito a democracia, com uma única finalidade, fazer valer a supremacia de direitos individuais e interesses próprios, se tornou uma das características mais expressivas da ditadura Latino-Americana. Contudo, após o retorno da democracia, Argentina, Uruguai e Chile, perceberam que ao olharem o seu passado, entenderam que era preciso julgar os acusados pelos diversos crimes, sendo considerados também, inconstitucionais e que era preciso virar a página da história tomando medidas cabíveis, que possam atenuar um pouco a dor dessas famílias.

Na Argentina, no período de 1976 a 1983, durante os sete anos de regime, foi possível encontrar diversos centros clandestinos, onde muitos civis foram assassinados. O mais famoso deles, conhecido como Campo de Mayo, considerado o maior complexo de detenção no país daquela época. Nele, funcionavam quatro centros de tortura, uma maternidade onde as prisioneiras davam à luz, após o parto, as mães eram separadas dos filhos, que na maioria das vezes eram mortas.

Os recém-nascidos, eram entregues em doação às famílias de militares, policiais que já tinha ou não filhos. Acreditava-se que 500 crianças aproximadamente, tenham sido sequestradas e adotadas dessa forma. Diversos protestos surgiram em decorrência deste episódio e que duram até hoje na capital Buenos Aires, sendo denominado: o movimento das Mães da Praça de Maio.

Sobre pressão, das entidades civis, os autores participantes desses crimes estão sendo julgados e punidos, todas as leis que antes os perdoavam foram anuladas em 2003 pelo Congresso. Em 2008, mais de 200 militares foram processados ou presos,

entre eles os nomes mais importantes, como o ex-general Reynaldo Bignone, o último da sua linha de regime autoritário, condenado, em abril, a 25 anos de prisão.

Aprovada, em 2009, a lei que autoriza a coleta compulsória de material genético (saliva ou cabelo), de pessoas suspeitas de serem filhos de vítimas violentadas pelos militares daquela época. Até mais ou menos, no início de 2010, estima-se que, um total de 100 bebês da ditadura teriam sido identificados. A presidenta, Cristina Kirchner, decretou a abertura, a consulta pública dos arquivos sigilosos das Forças Armadas, antes guardadas como confidenciais.

O Chile, nos seus últimos dez anos, tem se movimentado para julgar e também punir os criminosos do passado. Diversos agentes, autores de inúmeros crimes, alguns já foram condenados à prisão perpétua. No entanto, foi decretado que primeiro seria necessária uma série de investigações, analisando cada caso antes de decidir se esses agentes podem ou não serem anistiados.

Por ordem da justiça, em 2004, foi derrubada a imunidade política do ex-presidente Augusto Pinochet. Anos depois, foi processado pelo assassinato de 119 militantes de esquerda e também, por casos de tortura e sequestro. Em setembro de 2009, a Justiça chilena indiciou 131 ex-agentes da Direção Nacional de Inteligência (DINA), órgão repressor da ditadura.

No Uruguai, acontecem julgamentos que ainda estão em processo. Mesmo tendo sido realizado um referendo em 2009, que mantinha os ex-militares, com a Lei Vigente de Caducidade. Essa lei favorecia aos crimes cometidos pelos oficiais.

Em 2010, foi condenado a 30 anos de prisão, Juan Bordaberry, que entre outras autoridades, foi autor de dezenas de crimes de assassinatos e desaparecimento de opositores.

Brasil: sem investigação

Dentre os quatro países citados, o Brasil, é único quem mantém certa particularidade em relação a sua maneira de enxergar esse duro episódio político. A Justiça não aceita e arquiva os processos contra os militares acusados dos crimes

contra os opositores. Afirma-se que, por prescrição do prazo legal da lei, o réu não poderia ser mais condenado, tendo como argumento o tempo, em que o delito fora cometido. Considera também, que a Lei da Anistia de 1979, decretada pelo ex-presidente João Figueiredo.

Essa lei absolve a todos os militares acusados, uma vez que todas as provas, na qual o próprio governo não aceitou, não relata com detalhes os crimes cometidos, portanto juridicamente não possuem nenhum valor que comprove tais ações.

Recentemente, o Brasil tem sido alvo de uma série de questionamentos, sobre suas responsabilidades e atitudes a serem tomadas, o caso de maior destaque, o desaparecimento de representantes da oposição nas imediações do rio Araguaia, esse movimento localizava-se próximo dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, que antes pertencia ao Estado de Goiás.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, Organização dos Estados Americanos (OEA) iniciou em maio de 2010, na Costa Rica, o julgamento da ação em que o Estado brasileiro é acusado de violações no combate à guerrilha do Araguaia nos anos de 1964 e 1985.

Segundo o Centro pela Justiça e Direito Internacional, uma das organizações responsáveis pelas acusações, afirma que, nas ações do exército brasileiro, várias detenções, torturas, desaparecimento e execuções de pelos menos 70 pessoas. É a primeira vez, que uma acusação de crimes contra os direitos humanos, cometidos no período da ditadura no Brasil, é julgada em numa Corte Internacional. O tribunal teria relatado, que depoimentos de parentes das vítimas, na busca por mais de 30 anos, a localização dos desaparecidos e fazer justiça levando os responsáveis ao banco dos réus (Fernando Gallo, Jornalista do Jornal Folha de São Paulo, 2010).

Porém, existem outras revelações, de que o Governo estaria criando obstáculos às investigações e que por ser o representante da OEA, deveria, em tese, acatar eventual condenação, que poderá determinar uma revisão da Lei de Anistia. O ex-ministro da Defesa da época, Nelson Jobin, no entanto, indicou que o Brasil pode descumprir da decisão nesse sentido, alegando que tal medida seria inconstitucional.

Como forma de acalmar os ânimos, o Estado brasileiro, decidiu se responsabilizar a princípio, pelos crimes, indenizando as famílias que sofreram as perseguições e a prisões da ditadura. Mais de R\$ 2 bilhões, já foram destinados, causando grande polêmica, pois a quem julgue moralmente errado corrigir os erros executados pelo abuso do poder ilegalmente. Considera-se, como uma forma de desvio de solução republicana, sendo que o correto seria julgar e punir os responsáveis.